



**Assessoria Especial de Promoção para o Trabalho Decente**

**Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo**

**08 de setembro de 2015**

**InPACTO – Rua Dr. Fernandes Coelho, nº 85, 10º andar - Pinheiros**

### **ATA XVI REUNIÃO ORDINÁRIA**

**Presentes:**

**Membros:** Letícia Carvalho (MISSÃO PAZ); Roque Pattussi (CAMI); Marília Ramos (REPÓRTER BRASIL); Rosane R. S. Tanabe (ABIT); Marina M. Novaes (SMDHC); Rodrigo Teruel (SMDHC) Dirce Novaes (MISSÃO PAZ); Mércia Silva (InPacto); Beatriz Bellintani (Conectas); Rosely Aparecida (SMADS); Érico Oliveira (DPU); Paulo Pagamini (FGV); Sandra Campos (InPacto); Bruno Rocha (FESPSP); Lúis Alexandre Faria (MTE); Sérgio Aoki (MTE); Juliana Armede (Sec. Justiça); Silvana Lucena (SMPED).

**PAUTA:**

- 1) Apresentação InPACTO
- 2) Lista de Transparência
- 3) GT Monitoramento do plano
- 4) GT banco projetos
- 5) Ações de resgate dos auditores do Ministério do Trabalho e Emprego

6) Presença de membro do Núcleo de Direitos Humanos da FESP-SP

7) Informes

A Sra Marina M. Novaes iniciou a reunião cumprimentando a todos.

**1) Apresentação InPACTO:**

A Sra. Marina descreveu a pauta da reunião e passou a palavra para a Sra. Mércia Silva. A Sra. Mércia iniciou a apresentação institucional do InPACTO. O Instituto do PACTO pela erradicação do trabalho escravo surgiu em 2005 através de uma iniciativa conjunta entre Instituto Ethos, Instituto Observatório Social e Repórter Brasil, orquestrada pela Organização Internacional do Trabalho. O InPACTO tem como proposta principal o engajamento de empresas brasileiras no combate ao trabalho escravo através do compromisso de não realizar negócio com empresas presentes na “lista suja”. A Sra. Mércia explicou que a governança do instituto é compartilhada com a empresa, de forma que estas fazem parte de sua sustentabilidade financeira, bem como das tomadas de decisão. Destacou que o objetivo do InPACTO é pressionar as empresas a monitorarem suas cadeias produtivas de modo que não haja trabalho escravo em nenhuma parte do processo. Partem da premissa do artigo 149 do Código Penal que trata do trabalho escravo. A Sra. Mércia deu exemplos de estudos de cadeia produtiva e como esse trabalho ajuda as empresas a identificar se tem relações com trabalho escravo ou não. Expôs de que forma o instituto constitui sua governança e quem são os respectivos membros de cada área. Passou então para a descrição dos objetivos estratégicos. Depois, explicou os 10 compromissos do InPACTO. Mostrou quais são as empresas associadas, por lista e por setor e também as organizações associadas. Então, mostrou quais são as empresas que estão em negociação com o instituto para adesão. A Sra. Mércia explicou então que existe uma agenda de atividades onde as empresas participam, sendo uma delas um canal de diálogo com as empresas onde estas expõem seus problemas com a cadeia produtiva e dão espaço para que o InPACTO possa auxiliá-las. Finalizou a apresentação.

A Sra. Marina perguntou à Sra. Mércia quais diferenças esta sentiu a partir da criação do InPACTO, quando antes havia apenas o PACTO pela erradicação do trabalho escravo. A Sra. Mércia respondeu dizendo que não acreditava que haveria reclamações das empresas quanto a contribuição financeira, uma das grandes diferenças ocorridas com a criação do instituto. A maior contribuição é a de empresas que tem faturamento anual superior a 1 milhão de reais, quando contribuem com 7,6 mil reais parceláveis em 12 vezes. Explicou que muitas vezes o valor não é caro para a empresa em si e sim para o departamento responsável por gastar tal quantia. Disse também que há relutância em alguns casos quanto a assinatura de um termo para associação ao InPACTO. Para tanto, há outras formas de participar do InPACTO, neste caso como apoiador institucional. Alguém perguntou quem representa a empresa em suas relações com o InPACTO. A Sra. Mércia disse na maioria dos casos as empresas enviam representantes de alto escalão mas que varia de empresa para empresa o departamento. O Sr. Rodrigo perguntou como funciona a abordagem do InPACTO com as empresas, se estas são as que procuram o instituto ou se o caminho inverso ocorre na maior parte dos casos. A Sra. Mércia respondeu que no momento de criação do instituto, foram enviadas cartas e foram feitos telefonemas aos signatários do PACTO. Aqueles com os quais foi possível obter contato foram incluídos na agenda de negociação. Esta é uma das abordagens do InPACTO. Outra abordagem inclui a aproximação com fornecedores das empresas associadas, mas no geral a idéia é trazer o máximo de instituições para o instituto. O Sr. Luís Alexandre questionou a falta de iniciativas empresariais para a discussão das cadeias produtivas em um momento onde organizações como a OIT e a ONU estão realizando encontros e conferências para tratar do tema. A Sra. Mércia respondeu que nos últimos meses recebeu dois convites para tratar do assunto internacionalmente. O primeiro é sobre uma atividade em Milão, porém como a agenda conflitou com a Conferência Ethos, não é possível que o InPACTO esteja presente. O segundo é um seminário que o InPACTO apresentará na Inglaterra sobre cadeias produtivas.

A Sra. Mércia apresentou então o questionário utilizado pelas empresas associadas para monitoramento dos compromissos do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho

Escravo. Após explicar o questionário, a Sra. Mércia informou que a idéia é que seja criado um grupo de trabalho para aperfeiçoar o monitoramento do PACTO. O Sr. Luís Alexandre perguntou se é auto-declaratório ou não o fato de empresas questionarem judicialmente sua presença na lista suja. A Sra. Mércia respondeu que não há maneiras do InPACTO investigar, e que se houver denúncia por parte de qualquer outra empresa ou órgão de que alguma empresa membro pratica este questionamento judicial contra o Estado, ela será expulsa do InPACTO. O Sr. Luís Alexandre observou que nos termos do InPACTO está previsto que a empresa seria expulsa se questionasse a Lista Suja ou se fizesse parte dela, e então sugeriu ao InPACTO se pudesse haver discussão sobre uma possível flexibilização da expulsão ou não das empresas a partir do momento em que forem caracterizadas com trabalhadores em situação de escravidão, pensando em danos e ganhos relativos. A Sra. Mércia concordou que há diversos aspectos do processo que devem ser amadurecidos e agradeceu a sugestão. O Sr. Luís Alexandre explicou que o principal problema a seu ver é as empresas poderem ter a estratégia jurídica de contestação da lista judicialmente e ao mesmo tempo poderem se comprometer com responsabilidade social.

## **2) Lista de Transparência**

A Sra. Mércia passou então a falar sobre o pedido da Lista Suja através da Lei de Acesso à Informação. Relatou que o primeiro pedido foi feito pelo InPACTO juntamente à Repórter Brasil em março através da Lei de Acesso à Informação. Ao adquirirem a lista, esta foi divulgada, considerando a atualização dos cadastros de empregadores até dezembro de 2014. A partir dessa iniciativa, o InPACTO, a Repórter Brasil e outras instituições enviaram uma carta para a presidente Dilma afirmando que as empresas precisavam ter acesso à lista para garantir negócios onde não houvesse mão-de-obra escrava. A partir de então, houve pressão da sociedade civil para que via LAI, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgasse a lista suja. Porém visto que o fato ainda não ocorreu, a Repórter Brasil e O InPACTO solicitaram novamente no fim do mês de agosto a relação da lista suja via Lei de Acesso à Informação. A Sra. Mércia afirmou então que qualquer pessoa tem o direito de fazer a solicitação, inclusive especificando por CNPJ. A Sra. Mércia relatou que há um caminho específico no site do MTE onde é possível pesquisar

pendências/problemas de qualquer empresa com o Estado através do CNPJ. A partir disso, as duas instituições também conseguiram que o Ministério especifique qual tipo de pendência/problema a empresa tem, podendo ser mostrado caso seja trabalho escravo. A Sra. Juliana pediu que o InPACTO e/ou a Repórter Brasil criassem um manual passo a passo onde seja informado como qualquer pessoa pode solicitar a lista seguindo os mesmos critérios que as organizações utilizaram. A Sra. Mércia afirmou que esse passo a passo já está pronto e se comprometeu a enviar aos membros para que todos possam compartilhar em suas respectivas páginas da internet este novo canal de acesso. A Sra. Marília informou a todos que a lista está disponível e pediu para que todos a compartilhassem e disseminassem. A Sra. Mércia se comprometeu também a separar a lista por setor, Estado e Município e adicionar ao site do InPACTO. A Sra. Juliana sugeriu que a sociedade civil pressionasse os outros Estados a tomarem iniciativas para criar visibilidade geográfica das empresas presentes na lista suja e destacou o impacto positivo que isso traria.

### **3) Grupo de Trabalho para Monitoramento do Plano Municipal e Grupo de Trabalho para criação do Banco de Projetos**

A Sra. Marina sublinhou a importância de colocar em prática o monitoramento do plano municipal e para isso perguntou aos membros quem se candidataria para integrar um grupo de trabalho para o tema. Aderiram InPACTO, SMDHC, Repórter Brasil e Defensoria Pública da União. Passou então a tratar da criação de outro grupo de trabalho, desta vez para a criação de um banco de projetos que vise conter projetos para a mobilização, divulgação e visibilidade do enfrentamento ao trabalho escravo na cidade. Explicou que a ideia é firmar um termo de compromisso junto aos procuradores do Ministério Público do Trabalho para que a verba obtida pelos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) seja destinada aos projetos. Aderiram o MPT, InPACTO, SMPED, CAMI e Missão Paz.

### **4) Ações de resgate dos auditores do Ministério do Trabalho e Emprego**

A Sra. Marina passou a palavra aos auditores do MTE. O Sr. Sergio Aoki se apresentou e relatou que a SMDHC esteve presente em duas ações de resgate de trabalhadores em situação análoga a escravidão nos últimos dois meses. Destacou o apoio da Guarda Civil Metropolitana nas ações e disse que esta foi muito eficiente e importante para as operações. Relatou que as duas ações, tanto a de junho como a de agosto, foram realizadas no setor têxtil, em oficinas de costura. Explicou que na última ação em agosto, além do apoio da SMDHC, eles tiveram também apoio do CRAI e que ambos os auxiliaram no processo de emissão de documentos e bancarização. Disse que o CAMI os auxiliou na ação em junho. O Sr. Alexandre faria pontuou que em alguns casos, os trabalhadores são encontrados confeccionando produtos piratas, o que dificulta a operação dos auditores e além disso tem pouco reconhecimento na mídia. O Sr. Sergio adicionou que existem dois tipos diferentes de cadeias produtivas. No primeiro caso as oficinas são “subterrâneas” e quem é dono da cadeia também está na ilegalidade. Já também existem casos onde as oficinas são “subterrâneas” mas o empregador é uma empresa varejista regularizada. O Sr. Alexandre disse que outras ações feitas pelos auditores foram realizadas no período, porém fora do município de São Paulo e principalmente no setor de construção civil, em obras como o Minha Casa Minha Vida. O Sr. Sergio destacou que embora sejam obras de interesse social e com o envolvimento do governo federal e estadual, foram encontrados trabalhadores em situação análoga à escrava.

A Sra. Marina destacou que é importante observar como, através da participação nas ações de resgate de trabalhadores em situação análoga à escravidão, pode-se identificar o cumprimento de diversas ações do plano, passando por todos os eixos. Além disso, podem-se observar quais pontos devem ser aperfeiçoados para que as ações sejam cumpridas.

#### **5) Presença de membro do Núcleo de Direitos Humanos da FESP-SP**

A Sra. Marina passou a palavra ao Sr. Bruno Rocha. O Sr. Bruno se apresentou, disse que o Núcleo de Direitos Humanos da FESP é relativamente novo, fundado em maio deste ano. Disse que a Primeira ação do núcleo está ocorrendo em parceria com a SMDHC, no projeto Ruas da Memória. Os membros do grupo estão debatendo com a

população a troca de nomes de ruas de ditadores por defensores dos direitos humanos. Disse que ao analisar as principais demandas de direitos humanos da cidade, o núcleo decidiu se engajar ao plano municipal de erradicação do trabalho escravo dando apoio acadêmico. Disse que se está discutindo internamente a possibilidade de criar um observatório sobre a questão do trabalho escravo na cidade, mas que porém não há nada concreto ainda. Destacou que o núcleo pretende liberar o maior número de informação e conteúdo possível à população e não manter restritas as atividades acadêmicas. A Sra. Marina ressaltou a importância da parceria com o núcleo e disse que são muito bem-vindos ao trabalho da COMTRAE.

## **6) Informes**

A Sra. Marília iniciou informando que a Repórter Brasil está fazendo uma pesquisa com a população sobre sua percepção das campanhas contra o trabalho escravo. Disse que estão sistematizando os resultados obtidos até agora e que em breve divulgarão para todos os membros da COMTRAE.

A Sra. Marília também informou que no dia 16 de setembro será apresentado um relatório temático sobre cadeias de produção perante o Conselho de Direitos Humanos da ONU, desenvolvido pela relatora das Nações Unidas para formas contemporâneas de escravidão. Disse que logo após haverá um evento paralelo sobre cadeias de produção e formas de monitoramento, no qual o Sr. Leonardo Sakamoto irá participar como representante do Fundo das Nações Unidas para formas contemporâneas de Escravidão. A Sra. Marília se encarregou de enviar o relatório temático a todos os membros da COMTRAE.

A Sra. Marília também informou que haverá um evento da OIT em Londres para discussão de cadeias de produção. O Sr. Luis Alexandre informou que em 2016, o tema da conferência da OIT será cadeias de produção.

O Sr. Érico Oliveira informou que haverá uma reunião preliminar no dia 21 de setembro na Defensoria Pública da União em parceria com a Missão Paz para organizar um seminário sobre migrações.

O Sr. Roque Pattussi comunicou que o CAMI já finalizou a mudança de local e agora está localizado na Alameda Northmann, nº 485. Informou também que no dia 4 de outubro na praça Kantuta, o CAMI irá organizar o grito continental dos excluídos.

A Sr. Marina finalizou a reunião informando a todos que foi criada uma página da Assessoria Especial de Promoção do Trabalho Decente no facebook que também alimentará conteúdos da COMTRAE.

O Sr. Érico sugeriu que a próxima reunião, após a reunião no Edifício Martinelli, fosse na Defensoria Pública da União.